



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI  
CAMPUS SENADOR HELVIDIO NUNES DE BARROS – CSHNB  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**MARIA NATÁLIA VELOSO**

**CRIANÇAS COM TRANSTORTO DE ESPECTRO AUTISTA – TEA: MÉTODOS E  
ESTRATÉGIAS USADOS NA INSERÇÃO ESCOLAR FORMAL**

**PICOS – PI**

**2019**

MARIA NATÁLIA VELOSO

**CRIANÇAS COM TRANSTORTO DE ESPECTRO AUTISTA – TEA: MÉTODOS E  
ESTRATÉGIAS USADOS NA INSERÇÃO ESCOLAR FORMAL**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Piauí – Campus Senador Helvidio Nunes de Barros, como requisito para a aprovação da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso.

Orientador: Prof. Dr. Nilton Ferreira Bittencourt Junior

PICOS – PI

2019

**FICHA CATALOGRÁFICA**  
**Universidade Federal do Piauí**  
**Campus Senador Helvídeo Nunes de Barros**  
**Biblioteca Setorial José Albano de Macêdo**  
**Serviço de Processamento Técnico**

**V437c** Veloso, Maria Natália.  
Crianças com o transtorno de espectro autista - TEA: métodos e estratégias usados na inserção escolar formal. / Maria Natália Veloso. -- Picos,PI, 2019.  
33 f.  
CD-ROM: 4 ¼ pol.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Pedagogia). – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2020.  
“Orientador(A): Prof. Dr. Nilton Ferreira Bittencourt Junior.”

1. Inclusão. 2. Autista. 3. Educação. I. Título.

**CDD 371.9**

*Elaborada por Rafael Gomes de Sousa CRB 3/1163*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS – CSHNB  
COORDENAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

### ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA

Aos vinte e cinco (25) dias do mês de novembro de 2019, às Dez (10) hrs, na sala 823, da Universidade Federal do Piauí, reuniu-se a Banca Examinadora designada para avaliar a defesa de Monografia de **MARIA NATÁLIA VELOSO** sob o título **“CRIANÇAS COM TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA – TEA: MÉTODOS E ESTRATÉGIAS USADOS NA INSERÇÃO ESCOLAR FORMAL.”**

Banca constituída pelos (as) professores (as):

Prof. Dr. Nilton Ferreira Bittencourt Junior UFPI/CSHNB	Orientador
Profª Dra. Maria César de Sousa UFPI/CSHNB	Examinadora
Profª. Drª Lucélia Costa Araújo UFPI/CSHNB	Examinadora

Deliberou pela aprovação do (a) candidato (a), tendo em vista que todas as questões foram respondidas e as sugestões serão acatadas, atribuindo-lhe média aritmética de 9,0 (nove)

Picos (PI) 25 de novembro de 2019.

Orientador: Nilton Ferreira Bittencourt Jr

Examinadora:

M. Sousa

Examinadora:

Lucélia Costa Araújo

Agradeço em primeiro lugar a Deus que iluminou o meu caminho durante esta caminhada. À minha família, por sua capacidade de acreditar em mim e investir em mim. Mãe, seu cuidado e dedicação foi que me deram, em alguns momentos, a esperança para seguir. Pai, mesmo não estando aqui, sei que o senhor sempre esteve ao meu lado nessa jornada.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é um ato de reconhecimento e gratidão, por uma situação ou pessoa que lhe deu um auxílio num momento de necessidade. E hoje quero agradecer primeiramente a Deus, pois apesar de todos os obstáculos, ele sempre me concedeu forças para enfrentá-los. Sempre guiou meus passos e quando cai, ele me deu forças para levantar e continuar seguindo.

A minha família por sempre estar do meu lado, me apoiando, não importando a situação. Em especial minha mãe Marleide Veloso que sempre me apoiou e estimulou a não desistir e continuar lutando, não medindo esforços para que eu chegasse até aqui, abdicando muitas vezes de seus sonhos para a realização dos meus. Ao meu pai Valdemiro Veloso (in memoriam), por sempre ter me estimulado estudar para ser alguém melhor, não medindo esforços para me dar sempre o melhor, e mesmo não estando mais aqui, sinto que sempre esteve ao meu lado me protegendo. Dedico a vocês essa conquista.

Ao meu irmão Maicon Veloso por sempre me ajudar a solucionar meus problemas e as dúvidas que tive em relação a formatação dos meus trabalhos, por ter tido paciência nos meus momentos de estresse e sempre ter me ajudado quando precisei.

Aos meus tios Marli Veloso, José Veloso e ao meu tio e padrinho Valério Veloso que apesar da distância, sempre me apoiaram e estiveram ao meu lado me dando palavras de incentivo e conforto. Aos meus avós Florêncio Valério e Francisca Ana, sempre ter me dado o apoio que precisei para continuar.

Aos meus primos que sempre estiveram me apoiando. Em especial minhas primas Maria Lidiana, Maria Cleidiane e Maria Aparecida que sempre me ajudaram direta ou indiretamente.

A todos os meus amigos que estiveram me ajudando a tirar algumas dúvidas que tive em relação a universidade e também em relação aos trabalhos. Em especial Jaina Sales e João Paulo Bernardes que acompanharam toda a minha trajetória durante minha pesquisa.

Aos meus amigos que fiz ao longo dessa árdua jornada e aqueles que sempre me acompanharam e acreditaram na minha vitória. Agradeço a Edilena Maria e Euzenir Maria, que durante esse tempo sempre me aconselharam e estiveram do meu lado ajudando sempre que precisava.

Ao meu professor orientador Nilton, por toda a paciência e dedicação que teve comigo, para que pudesse concluir esse trabalho, não tenho nem palavras para demonstrar o quanto sou grata por tudo, todas as orientações e por ter acreditado na minha capacidade.

Em fim, agradeço a todos que acreditaram em mim e me ajudaram direta ou indiretamente, aos que citei aqui e também aos que não citei, mas tenho guardado em meu coração o nome de todos e sou eternamente grata. E hoje compartilham da minha felicidade ao concluir esse curso.

*O principal objetivo da educação é criar pessoas capazes de fazer coisas novas e não simplesmente repetir o que outras gerações fizeram.*

*Jean Piaget*

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1- Exclusão, segregação, integração e inclusão.....	23
--	----

## RESUMO

A educação de crianças com TEA é um dos grandes desafios que professores do ensino infantil enfrentam, pois alguns desses profissionais não são preparados para ensinar crianças que apresentem esse tipo de dificuldade, portanto a deve-se formar um profissional que seja capaz de suprir essas necessidades. A pesquisa buscou identificar em artigos que envolviam o tema autismo e educação, as metodologias que são utilizadas para trabalhar com as crianças que apresentem TEA e também destacar a luta pela inclusão dessas crianças na escola regular. Com isso a pesquisa teve como objetivo geral identificar e analisar os métodos e estratégias usados na inserção de crianças com Transtorno de Espectro Autista – TEA nas escolas formais. E tem como objetivos específicos: a) Investigar as estratégias que os profissionais da área educacional adotam para identificar e incluírem a criança com TEA na escola; b) Verificar as principais dificuldades encontradas pelos psicopedagogos para identificação de crianças que apresentam TEA e c) Identificar a importância da formação docente em psicopedagogia para inclusão de crianças com TEA e outras necessidades especiais na escola. A pesquisa foi de cunho bibliográfico, onde foram analisadas obras de vários autores diferentes que trataram sobre o tema “autismo”. Com esta pesquisa procuramos classificar o que se entende por TEA, alguns tratamentos para a criança que apresente essa necessidade especial, como é feito o diagnóstico e algumas leis que defendem a criança com TEA.

Palavras-chave: Transtorno do espectro autista; inclusão; educação.

## **ABSTRACT**

The education of children with ASD is one of the great challenges that preschool teachers face, as some of these professionals are not prepared to teach children who have this kind of difficulty, so one must be trained to meet these needs. . The research sought to identify in articles involving the theme autism and education, the methodologies that are used to work with children who have ASD and also highlight the struggle for inclusion of these children in regular school. Thus, the research aimed to identify and analyze the methods and strategies used in the insertion of children with Autistic Spectrum Disorder - TEA in formal schools. And its specific objectives are: a) To investigate the strategies that educational professionals adopt to identify and include children with ASD in school; b) Verify the main difficulties encountered by psychopedagogues in identifying children with ASD; and c) Identify the importance of teacher education in psychopedagogy for the inclusion of children with ASD and other special needs in school. The research was of bibliographical nature, where were analyzed works of several different authors that dealt with the theme "autism". With this research we seek to classify what is meant by ASD, some treatments for children with this special need, how the diagnosis is made and some laws that defend children with ASD.

Keywords: Autism Spectrum Disorder; Inclusion; Education.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	12
REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
Capítulo I - Identificando o Transtorno do Espectro Autista.....	18
Capítulo 2 - O TEA, a inclusão escolar e seus métodos .....	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	29
<b>REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS .....</b>	<b>32</b>

## **Introdução**

Atualmente muito se tem discutido sobre a inclusão de deficientes, físicos e mentais na educação. Há muitas ações, leis, regulamentações e principalmente discriminações sobre as diversas patologias e sua ‘capacidade/potencialidade’ de ser educado em espaços regulares de formação, ou seja, no processo de escolarização universal. Se levarmos em conta apenas as patologias de ordem mental, esta discussão se acirra mais ainda.

O presente trabalho irá tratar de uma destas patologias, o Transtorno do Espectro Autista – TEA e sua relação na inserção dos sujeitos acometidos por esta enfermidade/transtorno na educação formal regulamentar.

O Transtorno do Espectro Autista - TEA é um transtorno que está ligado à falta de contato com a realidade e dificuldade na interação com as outras pessoas. Estima-se que cerca de 1% da população mundial possui o transtorno, essa síndrome tem maior ocorrência em meninos do que em meninas. Segundo a OPAS – Organização Pan-Americana de Saúde – secção Brasil (2017), 1 em cada 160 crianças no mundo tem Transtorno do Espectro Autista. Desta forma o TEA não pode mais ser considerada uma síndrome rara. A revista Espaço Aberto (170 edição), destaca que no Brasil, há cerca de 2 milhões de autistas.

A pesquisa buscou identificar em artigos científicos que envolviam o tema autismo e educação, os métodos que são utilizados para trabalhar com as crianças que apresentam esse transtorno, assim como também destaca a luta em incluir essas crianças nas escolas da educação básica.

Sabe-se que não é de hoje que a educação inclusiva vem encontrando diversos obstáculos, principalmente quando se fala em inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação básica. A palavra “autismo” foi utilizada pela primeira vez pelo psiquiatra Eugen Bleuler em 1911, ele descreveu o autismo como uma síndrome que poderia causar a falta de contato com a realidade e dificuldade de interação social, Bleuler utilizou esse termo pela primeira vez para caracterizar um paciente esquizofrênico. Posteriormente Leo Kanner (1943) e Hans Asperger (1944) fizeram os primeiros estudos sistemáticos sobre o Transtorno do Espectro Autista.

Falando especialmente do TEA, as pessoas que apresentassem esse transtorno eram excluídas totalmente da sociedade, nesse sentido não tinham acesso a educação. Só a partir do século XX é que os movimentos de inclusão dessas crianças na escola começaram a surgir.

Mesmo que os movimentos de inclusão tenham começado a surgir no século passado, ainda vemos os grandes desafios e obstáculos que os profissionais de pedagogia enfrentam para incluírem as crianças com TEA na escola.

Segundo Schmidt (2018) o autismo pode se apresentar desde formas mais leves e quase imperceptíveis a formas mais graves, acompanhados por dificuldades importantes. Portanto ser separado em subcategorias não é o mais adequado, nesse sentido é nomeado como um espectro, o Transtorno do Espectro Autista. (SCHMIDT, 2018, p.12)

De acordo com a revista Autismo (2019), mesmo com esse elevado número de casos, no Brasil não há pesquisas estatísticas para definir quantas pessoas com TEA existem atualmente no país. A pesquisa cita também que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) também não têm uma noção de quantas pessoas possuem TEA e nem quantas são diagnosticadas. A única pesquisa identificada até o momento foi uma realizada em uma cidade no interior de São Paulo. Na pesquisa citada pela revista Autismo (2019), na cidade de Atibaia existe cerca de 1 autista para cada 367 crianças.

Contudo identifiquei que há uma movimentação de setores sociais para contabilizar a real situação de crianças com TEA no Brasil. A Lei nº 13.861, de 18 de julho de 2019, que “altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para incluir as especificidades inerentes ao transtorno do espectro autista nos censos demográficos”, no art.1, parágrafo único, defende que os censos demográficos realizados a partir do ano e 2019 incluirão as especificidades inerentes ao transtorno do espectro autista. Isto facilitará na identificação do quantitativo de crianças com TEA, revelando um quadro do tamanho do problema a ser enfrentado. É um primeiro passo, uma vez que quando se trata da inclusão das crianças com TEA na escola, que já é uma tarefa complexa, fica mais complicado quando não se sabe nem quantos são. Por isso esta pesquisa buscou identificar experiências de inserção de crianças com TEA na educação básica em bibliografias de referência na área.

Especificamente no meu caso, o que ajudou na escolha do tema para a realização da pesquisa, foi um caso que ocorreu numa escola pública da cidade de São João da Canabrava, onde uma aluna que tinha TEA em um grau muito elevado, só foi identificada, diagnosticada e começou o tratamento, somente ao ingressar na escola. Primogênita, seus pais por serem pais de primeira viagem, não notaram que a filha era especial. Os professores ao repararem que a criança era “diferente” orientaram os pais a procurar ajuda profissional, que acabou constatando que ela tinha sim a síndrome em alto grau.

A relevância do estudo sobre TEA é ampliar o entendimento sobre o que é o Transtorno do Espectro Autista, e quais as práticas que podem ser adotadas na escola para proporcionar uma melhor aprendizagem para o aluno, a fim de que compreendamos que a criança que possui TEA não é menos capaz do que as outras, ela só tem uma dificuldade em se comunicar com as pessoas, estabelecer relacionamentos e responder ao ambiente.

É também importante ressaltar que devido à escassez de pesquisas e dados à respeito do tema, ampliamos nosso campo de busca para reportagens, destacando apenas as que possuíam certa relevância. Segundo o portal da rede WWW, G1 (2019), o número de alunos autistas na escola básica cresceu cerca de 37% em um ano, esses dados nos levam a refletir se as escolas brasileiras e os profissionais da educação estão preparados para receber esse público nas escolas, já que não basta incluir o aluno fisicamente na sala, mas também garantir que ele esteja aprendendo e se desenvolvendo. Destacamos também que por se tratar de uma reportagem, algumas questões ficam em aberto como: Aumentou o número de crianças com TEA que buscam as escolas ou aumentou a capacidade das escolas identificarem este transtorno nos alunos ditos ‘normais’ que buscam escolarização.

Não temos condições de responder tal pergunta. O que iremos focar é que independente do crescimento do número de autistas na escola, é importante conscientizar a sociedade acerca do tema, para que ao identificarem uma criança com as características do TEA, possa procurar a ajuda necessária. E que ao entenderem do que se trata, possam superar qualquer preconceito que venha a surgir. Para isso já há leis que possibilitam aos afetados por este problema (familiares ou crianças) possam ir atrás de seus direitos sempre que for preciso.

Nesta pesquisa iremos citar algumas das leis que foram criadas para proteger as pessoas com TEA, como é o caso da lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012, que institui a política de proteção dos direitos da pessoa com TEA, em seu art.1 vai caracterizar a pessoa com TEA e em seu art. 3 vai falar sobre os direitos que a pessoa com TEA vai ter em espaços escolares e não escolares.

A pesquisa tem como objetivo geral identificar e analisar os métodos e estratégias usados na inserção de crianças com Transtorno de Espectro Autista – TEA nas escolas formais. E especificamente tem como objetivos: a) Investigar as estratégias que os profissionais da área educacional adotam para identificar e incluir a criança com TEA na escola; b) Verificar as principais dificuldades encontradas pelos psicopedagogos para identificação de crianças que apresentam TEA e c) Identificar a importância da formação

docente em psicopedagogia para inclusão de crianças com TEA e outras necessidades especiais na escola.

O trabalho está dividido em quatro partes. Na introdução, apresento alguns dados estatísticos sobre a temática, os desafios que a inclusão de crianças com TEA enfrentam para entrar na escola básica, os objetivos e o motivo que me levou a escolher esse tema. No referencial teórico apresento as obras que serviram de base para esta pesquisa. O primeiro capítulo, busquei identificar e conceituar o espectro autista, fazendo um breve histórico sobre as pesquisas sobre o TEA. O segundo capítulo, apresento uma referência as leis que defendem a inclusão das crianças com TEA na escola e também relaciono os métodos identificados na bibliografia pesquisada, que podem ser adotados para trabalhar com essas crianças. Por fim, nas considerações finais, que pude identificar sobre a temática abordada na pesquisa.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Ao buscamos o referencial teórico que possa subsidiar a pesquisa nos deparamos com uma série de registros em revistas especializadas no tema e em obras, com coletânea de artigos sobre o tema autismo e educação. Junto ao professor orientador, selecionei as que abordavam a temática TEA e inclusão escolar. Alguns destes trabalhos (destacados abaixo) serviram de referência nesta pesquisa, uma vez que não encontramos uma referência teórica única que trabalhe a temática. Vejamos as principais referencias que utilizo:

Uma destas obras que serviu como base referencial para esta pesquisa foi a intitulada Autismo e Inclusão escolar: percurso desafios e possibilidades, que tem como organizadora a Professora Dra Ivone Martins Oliveira. A Professora Dra Ivone integra o Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Espírito Santo na linha de pesquisa “diversidade e práticas educacionais inclusivas” e coordena o GESA - Grupo de Estudos Sobre Autismo e o Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Humano e Praticas Educativas em Espaços Escolares e Não Escolares desta mesma Universidade. Na apresentação da coletânea, lançada em 2015 a Dra Ivone já aponta para a pouca produção científico acadêmica na área, destacando o esforço do Programa de pós Graduação da UFES e dos Grupos de estudo por ela coordenado, em ampliar esta produção.

Em outra obra Autismo e Educação: reflexão e proposta de intervenção de Cláudio Roberto Baptista e Cleonice Bosa e Colaboradores há questões e discussões sobre a possibilidade de modificar a forma de conceber o autismo, vislumbrando as pessoas envolvidas, com suas semelhanças e peculiaridades, e buscando nas diferenças um meio de transformação. A possibilidade de inclusão de crianças deficientes lamentavelmente ainda está associada àquelas que não implicam uma forte reestruturação e adaptação da escola. Nesse sentido, crianças com prejuízos e déficits cognitivos acentuados, como psicóticos e autistas, não são consideradas em suas habilidades educativas. A ausência de respostas das crianças autistas deve-se, muitas vezes, à falta de compreensão do que está sendo exigido dela, ao invés de uma atitude de isolamento e recusa proposital. O trabalho pedagógico integrador transforma limitações em um desafio para todos, através de uma postura de confiança na capacidade de mudança do aluno, em situações de confronto.

O capítulo Autismo e Educação: atuais desafios, dos organizadores do livro, Cleonice Bosa & Cláudio Roberto Baptista, é um artigo que fala da experiência de formação de educadores relacionado ao espectro autista, explicitando a singularidade e a importância dessa

experiência; explicitando que trajetória deva ser compartilhada e a reflexão no trabalho e na pesquisa. Os autores levantam questões sobre a direção atual do debate relativo à educabilidade dos sujeitos com autismo; o desconhecimento sobre essa síndrome, a proposição de abordagem do desafio formação e autismo com base em uma perspectiva transdisciplinar, concebida como uma meta. Por fim o artigo apresenta um histórico desde a década de 1940, quando ocorreram as primeiras publicações na área.

Uma referência teórica que destaco é a obra *Autismo infantil: O quê é? E como tratar*. Nesta obra o autor Pierre Ferrari, professor de psiquiatria para a infância e a adolescência da Universidade de Paris, apresenta as informações essenciais sobre o autismo infantil, desde o histórico das pesquisas de referência no tema como a do psiquiatra suíço Eugen Bleuler, que utilizou o termo "autismo" pela primeira vez em 1911, descrevendo como a fuga da realidade e o retraimento para o mundo interior dos pacientes adultos acometidos de esquizofrenia. Ferrari também discorre sobre as pesquisas do psiquiatra Leo Kanner, em 1943, que aprofunda nos conhecimentos sobre o autismo. Nesta obra também há referência às pesquisas recentes nos âmbitos neurobiológico, cognitivo e psicanalítico. Quanto a questões técnicas, Ferrari apresenta possibilidades de diagnósticos e métodos de trabalho na inserção da criança com TEA nas escolas.

Esta pesquisa é de ordem bibliográfica e utilizo uma série de artigos que pesquisei, em um levantamento inicial sobre a temática na rede WWW. Muitos destes artigos foram descartados devido à irrelevância acadêmica e fuga do tema, tratando do assunto de forma reducionista e/ou no nível do senso comum. Outras trazem informações relevantes, que são utilizadas como referência neste trabalho. Também utilizo dados coletados em alguns manuais e publicações em geral. As obras de maior relevância e que serviram de base para a constituição da pesquisa são as destacadas acima. A preocupação com esta ação é trazer ao leitor maiores informações sobre as obras, facilitando formas de subsidiar outras investigações.

## Capítulo I - Identificando o Transtorno do Espectro Autista

Diante das dificuldades que vem afetando as crianças, não só atualmente, mas também ao longo das eras, faz-se necessário formar um profissional que seja capaz de identificar tais necessidades especiais e o método que melhor se adapta a realidades diversas. Assim avaliando a possibilidade para tratar essas dificuldades, a fim de melhorar a qualidade de vida de crianças nas diversas realidades educacionais, entendemos que a psicopedagogia na formação docente é fundamental.

Segundo Bossa (2007) há um senso comum entre as pessoas que entendem a psicopedagogia como a aplicação da psicologia na pedagogia, pois como a psicopedagogia ainda não tem um corpo próprio, acaba recorrendo a outras disciplinas para tentar solucionar os problemas que venham a surgir. Para ela “a psicopedagogia tem procurado sistematizar um corpo teórico próprio, definir seu objeto de estudo (só que ainda não delimitou seu campo de atuação e com isso procura outros profissionais como psicólogos, fonoaudiólogos, entre outros)”. (BOSSA, 2007 apud SANTOS, 2009, p.9).

Para Araújo e Rosado (2018) “A psicopedagogia se estrutura em torno do processo de aprendizagem humana: seus padrões evolutivos normais e patológicos e a influência do meio (família, escola, sociedade) em seu desenvolvimento. Dessa maneira, se faz necessário a presença constante de um profissional nas instituições de ensino” (ARAÚJO & ROSADO, 2018). Sendo assim, a presença constante deste profissional na escola proporcionará um melhor desempenho tanto do aluno como também da instituição que irá atendê-lo.

Trazendo para o contexto da inclusão das crianças com TEA na rede básica de ensino, é preciso primeiramente tentar entender o que é o Transtorno do Espectro Autista. Alves & Almeida (2018) relatam que “O autismo é um transtorno que se caracteriza fundamentalmente por distúrbios na área do desenvolvimento, afetando a capacidade de comunicação, de estabelecer relacionamentos e de responder apropriadamente ao ambiente”. (ALVES & ALMEIDA, 2018, p.28).

Os primeiros autores a publicarem sobre o autismo foram Leo Kanner (1943) e Hans Asperger (1944). Eles foram os primeiros a fazer estudos sistemáticos sobre o transtorno do espectro autista (BOSA, 2002, p.22), porém antes em 1911, Bleuler já havia usado a expressão “autismo” para caracterizar uma síndrome que poderia causar falta de contato com

a realidade e impossibilidade de interação social interferindo assim na comunicação (PERISSINOTO, 2003 apud SANTOS 2009, p. 21).

Em seus estudos Kanner e Asperger observaram que a criança já nasce com o Transtorno do Espectro Autista e desde cedo, geralmente antes dos três anos de vida, estas começam a apresentar sintomas do TEA, porém nem sempre esses sintomas são identificados, pois são sintomas sutis, e podem passar despercebidos até dos próprios pais, o que acaba atrasando mais o diagnóstico e o tratamento (FERRARI, 2007 p.103).

Segundo Santos (2009) é mais difícil chegar a um diagnóstico nos primeiros anos de vida da criança, pois como o TEA pode se apresentar de variadas formas, ocorre de ter atrasos tanto na coordenação motora, mas também na linguagem, podendo ser confundido com a surdez, tornando assim o diagnóstico mais lento. (SANTOS, 2009, p.26)

De acordo com Gomíde (2009), durante a antiguidade as pessoas que apresentassem algum tipo de deficiência eram tidas como sub-humanas. Isso às vezes por questões simples como, por exemplo, se não apresentavam o porte físico de uma pessoa considerada “normal”. O preconceito aumentava com as pessoas que apresentavam deficiência mental e/ou convulsões. Estas eram dadas como “endemoniadas”. Segundo Mendes “entre o século XII a.C. até o século IV da era cristã, foi uma época marcada pela exclusão social, caracterizada pelo abandono e eliminação de crianças com qualquer tipo de deficiência mental ou física” (apud Gomíde, 2009, p.42). As crianças que nasciam com algum tipo de deficiência eram vistas muitas vezes como pecadores e impuros, e essa deficiência que a criança vinha a ter era um sinal de castigo divino, por isso as crianças eram socialmente excluídas. Segundo Gomíde (2009) os primeiros centros voltados para a reeducação para crianças deficientes começaram a surgir a partir do século XX. Atualmente, com a ampliação dos estudos, esta discriminação tem diminuído, mas ainda está longe de desaparecer.

Assim um diagnóstico preciso é a melhor forma de minimizar os estigmas sociais que qualquer transtorno mental acarreta para a criança em idade escolar. Rotta (2006), identifica e diagnostica o autismo com base nas normas descritas no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais da Associação Americana de Psiquiatria (DSM) (ROTTA, 2006 apud SANTOS, 2009, p.24). Para Baptista & Bosa (2002), “tanto o CID-10 quanto o DSM-IV estabelecem como critério para o transtorno autista o comprometimento de três áreas principais: alterações qualitativas das interações sociais recíprocas; modalidades de

comunicação; interesses e atividades restritas, estereotipadas e restritas” (BAPTISTA & BOSA, 2002, p.28). Almeida & Campos (2018) relatam que:

Quanto às características da criança com TEA, além da questão da comunicação e interação social, os sintomas ligados às questões sensoriais são frequentes, como sensibilidade a diferentes tipos de barulho, resistentes a diferentes texturas de objetos e superfícies, cheiros, além de comportamentos automutilantes. (ALMEIDA & CAMPOS, 2018, p.63)

Atualmente as pesquisas feitas ainda não descobriram um motivo do que causa o autismo, e nem tem uma cura para o transtorno, porém existem exames que diagnosticam a criança com espectro autista. Quanto mais cedo à criança for diagnosticada e tratada, uma melhor qualidade de vida essa criança virá a ter. Araújo & Rosado (2018) relatam que:

O autismo pode ser considerado leve, moderado e severo, e é um transtorno ímpar onde os sintomas podem aparecer de maneira diferente nos indivíduos, apresentando comprometimento diferente e em diversos graus. Pode ou não estar associado a atrasos no desenvolvimento cognitivo ou a outros transtornos. (ARAÚJO & ROSADO, 2018)

Segundo Ferrari (2007), existem alguns métodos que podem ser adotados para intervenções com crianças autistas, os principais são: Métodos exclusivamente educativos (Método Educativo “TEACCH”; Tratamento Educativo das Crianças Autistas, nos serviços públicos ingleses; Terapia de intercambio e desenvolvimento) e as Terapias institucionais, além desses dois ainda tem outras ações terapêuticas como, tratamentos medicamentosos, psicoterapia psicanalítica da criança autista e a comunicação facilitada.

Ferrari (2007), trás também algumas etapas para o diagnostico que são realizadas nos centros especializados, essas etapas são: analise clinica; analise somática; analise psicológica; escalas de avaliação; analise de linguagem; e analise psicomotora.

Schmidt (2018) aponta que os métodos e os programas destinados ao tratamento da criança com TEA não podem ser considerados mais ou menos eficientes, pois cada individuo vai reagir de uma forma diferente ao tratamento, “na prática, aquele [tratamento] que se mostra mais adequado à fase de desenvolvimento da criança, às escolhas da família e ao contexto de desenvolvimento possivelmente será o que apresentará melhores resultados.” (SCHMIDT, 2018 p.22)

Mendes (2002) e Kassar (2011), afirmam que no Brasil começaram a serem ampliados os serviços de atendimento especializado para indivíduos com necessidades especiais a partir da década de 1970, esse atendimento, tinha como objetivo preparar essas pessoas para vida

em sociedade e esse movimento ficou conhecido como “integração escolar” (MENDES & KASSAR, apud OLIVEIRA, 2015, p.58).

Schmidt (2018) relata que:

O autismo apareceu pela primeira vez descrito sob o nome Transtorno Autista em manuais médicos de classificação no final da década de 1980 (American Psychiatric Association, 2014). Antes disso, o autismo era entendido de forma psicodinâmica como uma forma de psicose que se manifestava na infância, apresentado na literatura na forma de estudos de casos clínicos, geralmente atendidos por psicanalistas. (MAHLER, 1974 apud SCHMIDT, 2018, p.12)

Oliveira (2015) cita que em termos históricos os movimentos em favor da educação inclusiva ganharam força a partir da década de 80, isso é demonstrado com a efetivação das políticas públicas, como a constituição de 1988 e a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira nº 9.394, de 1996. Segundo Araújo& Rosado (2018) “apesar de não ser classificado pela medicina como deficiência, a legislação vigente garante as pessoas transtorno do espectro autista (TEA) as mesmas proteções legais referente às pessoas com deficiência”.

## Capítulo 2 - O TEA, a inclusão escolar e seus métodos

De acordo com as disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em seu artigo 58 vai explicar o que se entende por educação especial, e o que esse atendimento vai proporcionar ao indivíduo que necessitar dele.

Art.58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, deve ser constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, 1996, Art. 58).

A lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012, institui a política de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, em seu artigo 1º vai caracterizar a pessoa com TEA.

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II:

I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

§ 2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais. (LEI Nº12.764 de 2012, art. 1º).

Historicamente os indivíduos que apresentassem algum tipo de necessidades especiais eram muitas vezes abandonados, excluídos da sociedade, tratados como animais e tinham uma vida social muito difícil, depois passaram a ser tratados por centros especializados em transtornos mentais, até chegar hoje ao que conhecemos com educação inclusiva. Nesse sentido Almeida & Campos (2018, p.58) afirmam que:

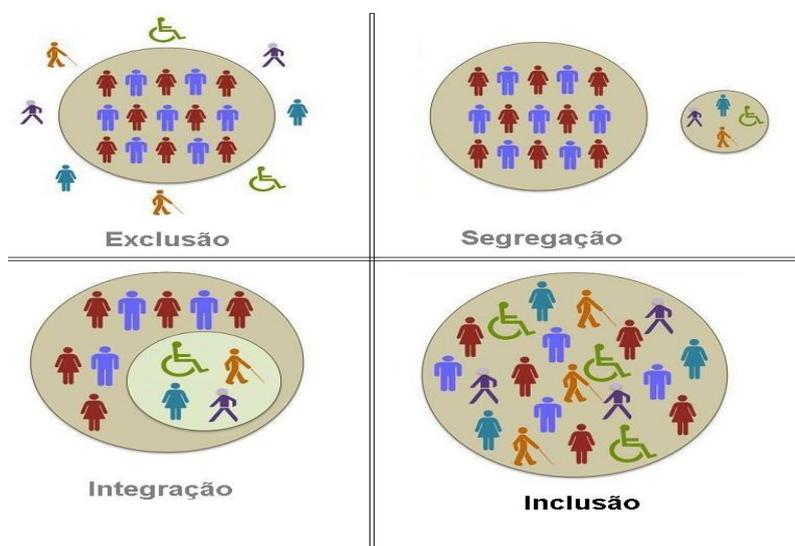
Para a realização do atendimento pedagógico destinado a essa população foi construída a modalidade de atendimento denominada Educação Especial, reconhecendo que as pessoas com deficiência são capazes de aprender, abrindo caminhos para a utilização de diferentes estratégias envolvendo-as no processo de escolarização. Assim, percebe-se a capacidade de aprendizagem de muitos alunos, antes considerados “incapazes de aprender”, construindo então o modelo pedagógico, centrado nas possibilidades do sujeito, que constitui o modelo médico, centrado na doença, construindo os primeiros passos para o conceito de Inclusão Educacional. (ALMEIDA & CAMPOS, 2018, p.58)

A educação inclusiva no Brasil nos últimos anos tem, na legislação, feito parte da rotina da escola e dos alunos na educação básica e superior. No entanto, para chegar a esse ponto tiveram que passar por muitas fases e mudanças para conseguir tal “aceitação” por parte da sociedade, partes destas mudanças foram feitas através de regulamentos e leis que incluem o indivíduo com necessidades especiais, não só na escola, mas também em outros espaços sociais.

Coutinho & Aversa (2005) relatam que:

Os movimentos de inclusão escolar surgem com uma extensão do movimento antimanicomial que, “se para os adultos representou a queda dos muros dos hospitais e o esforço de circulação social, para as crianças representou a possibilidade de escolarização regular. (COUTINHO & AVERSA, 2005 apud GOMIDE, 2009, p.45)

Nesse sentido, torna-se importante a inclusão de crianças na escola, pois além dar oportunidade de se desenvolver intelectualmente, o contato com outras crianças, sendo elas deficientes ou não, irá se desenvolver melhor socialmente, e isso beneficiará a todos, incluindo a família. Contudo, para uma melhor inclusão é preciso primeiro fazer um diagnóstico sobre que tipo de dificuldade especial a criança tem, isso pode ser feito através de alguns dos teste que foram citados por Ferrari (2007).



A figura acima nos dá a clareza do que chamamos inclusão. Considerando a escola (sala de aula) como o círculo da figura, podemos ver como se dá a exclusão; segregação, integração e inclusão. É comum vermos hoje em dia crianças com alguma deficiência intelectual ou física nas salas de aula. Porém sem a devida atenção às particularidades da deficiência caímos na integração. Ou seja, a criança é integrada à escola, mas não tem atendida suas necessidades peculiares para o seu desenvolvimento e acaba se tornando um ornamento para o conhecimento dos outros alunos.

No caso aqui pesquisado, estas peculiaridades se tornam mais complexas, pois a classificação TEA (Transtorno do Espectro Autista) se deve ao fato de que o autismo pode envolver situações diversas e pode se apresentar de maneiras diferentes de um indivíduo para outro, podendo variar de um grau leve ao mais grave, que de acordo com Schmidt (2018) “o autismo passa a ser entendido atualmente a partir de um espectro, os transtornos do espectro autista” (SCHMIDT, 2018, p.12).

Segundo Gomíde:

Na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10, 2000), em sua décima versão, o Autismo Infantil encontra-se no grupo de Transtornos Globais do Desenvolvimento, juntamente com outros sete transtornos: Autismo Atípico; Síndrome de Rett; Outro transtorno desintegrativo da infância; Transtorno com hipercinesia associado a retardo mental e a movimentos estereotipados; Síndrome de Asperger; e outros transtornos globais do desenvolvimento e Transtornos globais não especificados do desenvolvimento. (GOMIDE 2009, p.21)

Levando em consideração que o TEA pode se apresentar de diferentes formas de um indivíduo para outro, Schmidt (2018) aponta que “o DSM-5 apresenta uma tabela com três níveis de severidade, sendo o nível 1, quando é exigido algum apoio para a autonomia; nível 2, quando é necessário apoio substancial; e três nos casos que o apoio é muito substancial”. Podendo receber apoio não só o indivíduo com TEA, mas também qualquer um que apresente dificuldades na comunicação e comportamento. (SCHMIDT, 2018 p.18)

A respeito da educação inclusiva Gomíde enfatiza que a criança na escola poderá ganhar com a conquista moral e intelectual, e destaca a valorização de papéis sociais, que pressupõem a igualdade de valor entre as pessoas, independente das características ou diferenças, físicas ou mentais, que possam apresentar (MANTOAN apud GOMIDE, 2009,

p.46). Nesse sentido o indivíduo com TEA não só será incluído no meio social através da formação regular e também poderá desenvolver habilidades próprias.

Mantoan (2006) defende que para haver a inclusão, todos os alunos têm o direito de ter acesso ao ensino regular, de modo que aprenda igual aos demais, para receber um aluno com necessidades especiais a instituição de ensino, na qual o aluno está ingressando, necessita adequar as suas estratégias de ensino, currículo e avaliações, para a necessidade deste aluno, levando em consideração suas limitações. (MANTOAN, 2006 apud BIANCHI, 2017, p.30)

Segundo Rejane & Alves “a condição do transtorno do espectro do autismo impacta diretamente no desenvolvimento da criança e no contexto familiar e social em que a criança está inserida (apud Wolff Mota, Nuernberg & vieira; 2018, p.42)”. Portanto faz-se necessário um diagnóstico precoce, pois além de proporcionar uma melhor qualidade de vida, pode evitar que outros problemas venham a surgir posteriormente.

Wolff Mota, Nuernberg &Vieira (2018) afirmam que “o autismo já não pode mais ser considerado uma síndrome rara; a epidemiologia do transtorno do espectro autista alcança a marca de 1% da população, sendo, portanto, considerado um transtorno de alta prevalência, atingindo mais meninos que meninas (numa proporção de 4:1)” (p. 42). Nesse sentido torna-se de fundamental importância formar um profissional que seja capaz de atender as necessidades e individualidades de cada aluno. Segundo Bianchi:

Para uma boa atuação existe a necessidade urgente de ampliação da formação profissional do professor, principalmente no que diz respeito à formação continuada, não há garantia de que essa formação irá prepará-lo para lidar com todas as situações que surgirem, mas uma formação docente eficiente, abre caminhos para que o professor saiba onde buscar auxílio sempre que precisar. (BIANCHI, 2017, p.33)

Nesse sentido podemos entender que a autora defende que todas as escolas têm que ter acesso a um profissional específico de psicopedagogia, por que muitas vezes só um professor com formação continuada em psicopedagogia não é capaz de suprir todas as necessidades que surgem e muitas vezes recorre de ajuda profissional para poder atender as essas necessidades.

Sendo assim, a formação continuada com especialização em psicopedagogia faz-se necessária, pois fará com que o professor esteja mais bem preparado para lidar com as necessidades especiais de cada aluno, tendo autonomia para elaborar seu plano de trabalho de acordo com as especificidades de seus alunos e sabendo onde procurar ajuda caso não consiga adequar ou executar seu plano.

Araújo & Rosado (2018) destacam que “o psicopedagogo deve auxiliar o educador para saber trabalhar com o relacionamento com seu aluno em um conhecimento mais abrangente do Transtorno do Espectro Autista, das características da criança e de técnicas atualizadas de ensino” (ARAÚJO & ROSADO, 2018).

Para Araujo e Rosado (2018) “a presença de um psicopedagogo no contexto escolar se faz essencial, pois sua intervenção vai além do aluno em sala de aula, mas na orientação dos pais, auxiliando os educadores, elaborando os projetos, além de participar da implementação de propostas pedagógicas” (ARAÚJO & ROSADO, 2018). Atualmente algumas escolas sofrem muito para elaborar estratégias para trabalhar com a criança autista, pois muitas vezes não dispõem de recursos materiais e humanos para atender esse público, e por não haver uma lei que torne a presença de um psicopedagogo na escola obrigatória, algumas escolas não incluem esse profissional em seu corpo institucional (ARAÚJO E ROSADO, 2018), o que acaba dificultando que as crianças com necessidades especiais tenham uma aprendizagem de qualidade.

Segundo Bianchi (2017), para que haja desenvolvimento por parte do aluno, é necessário haver mediação, a fim de possibilitar que o aluno se entenda como ser social e compreenda os outros a sua volta, possibilitando assim a interação social com o outro. Essa mediação deveria ser feita através da escola, que segundo Bianchi (2017):

A inclusão por outro lado, busca muito além de adentrar a criança entre os muros escolares e esperar que ela realize sozinha todas as adaptações e descobertas necessárias para o sucesso desta operação, o foco está em fazer com que a escola crie mecanismos para promover as adaptações necessárias à inclusão do aluno, às suas necessidades educacionais, às suas dificuldades e potencialidades, a instituição deve ainda intervir para mediar situações de contato social, buscando sempre o desenvolvimento pleno do aluno. (BIANCHI, 2017, p.32)

Nesse sentido entendemos que a inclusão vai muito além de colocar o aluno dentro da sala de aula, é preciso além de formular estratégias, adequar as avaliações, mediar às interações sociais e estruturar o espaço físico da instituição, a fim de deixar a criança mais confortável no espaço em que está inserida. Revière (1995) defende que o educador deve identificar os métodos e objetos que chamam a atenção da criança e use isso para promover sua aprendizagem. (REVIÈRE, 1995 apud GOMIDE, 2009, p.51)

Revière (1995) ressalta alguns critérios a respeito dos quais o educador deve estar atento visando a facilitar a promoção da educação dessas crianças, como estimular a atenção das crianças autistas aos aspectos relevantes e inibir os aspectos irrelevantes da tarefa; oferecer instruções claras, precisas e adequadas à tarefa; instruir a criança somente ao obter sua atenção; empregar auxílios para promover as condutas infantis que quer ensinar, sendo importante a retirada destes quando não forem mais

necessários, para que a criança não se torne dependente destes auxílios; estar atento às condutas de cada criança com a finalidade de descobrir o que a motiva, para então utilizar este aspecto na promoção da aprendizagem. (REVIÈRE apud GOMIDE, 2009, p.51)

Oliveira (2015) defende que as práticas exercidas pelos sujeitos escolares têm que ser mais bem observadas quando estão voltadas para o sujeito com autismo, pois essas práticas podem ou não funcionar. Na relação com os demais alunos a autora vai salientar a importância dos jogos e das brincadeiras, pois essas são “ferramentas valiosas de enriquecimento da intervenção com a criança”. (OLIVEIRA, 2015, p.71)

Almeida & Campos (2018) ressaltam que com as ações educacionais inclusivas, espera-se formar uma sociedade inclusiva onde as pessoas poderão caminhar todas juntas, cada uma com suas diferenças. Nesse sentido, a escola tem um papel de desenvolver a criança como um todo, utilizando as capacidades e possibilidades do aluno para fazer com que ele permaneça na escola e aprenda. (ALMEIDA & CAMPOS, 2018, p.61)

O artigo 3º da Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012, vai defender sobre quais os direitos que pessoa com transtorno do espectro autista vai ter, não só na escola mais também em outros ambientes não escolares.

Art. 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;

II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;

III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde;

IV - o acesso:

a) à educação e ao ensino profissionalizante;

b) à moradia, inclusive à residência protegida;

c) ao mercado de trabalho;

d) à previdência social e à assistência social. (LEI Nº12.764 de 2012, art. 3º)

Para Bianchi (2017) “o professor deve estimular a concentração do aluno durante as atividades realizadas na sala de aula, para que possa haver uma maior comunicação e aprendizagem por parte do aluno”. Cunha (2009) aponta três estágios fundamentais para que o professor possa conseguir esse efeito:

No primeiro estágio é realizada uma espécie de avaliação inicial, com o objetivo de proporcionar ao professor informações sobre o que o aluno já sabe quais habilidades

já possui, e traçar uma metodologia para auxiliá-lo a alcançar as que ainda não possuem. (CUNHA, 2009 apud BIANCHI, 2017, p.38)

Os outros dois estágios apontados por Cunha (2009) são: o segundo é caracterizado pela quebra da resistência que o aluno autista naturalmente apresenta no contato com outras pessoas, nesse estágio ele começa a socializar com seu professor através de pequenas atitudes como troca de olhares ou até mesmo o toque; o terceiro estágio é caracterizado pela interação social com o ambiente e as outras pessoas a sua volta. (CUNHA, 2009 apud BIANCHI, 2017, p.38)

Nesse sentido, torna-se de fundamental importância que o professor conheça seu aluno e tente formar uma relação de interação com seu aluno, permitindo-lhe que possa aprender melhor, porém o professor deverá ficar atento, pois o aluno autista tem tendência a se isolar e fica facilmente irritado quando percebe que estão tentando invadir seu espaço. Portanto é importante que o professor perceba as características desse aluno e respeite suas particularidades.

Segundo Gomide (2009):

Portanto, o papel da escola não se restringe ao fornecimento de informações acadêmicas, vinculadas aos conhecimentos científicos, históricos e culturais acumulados pela sociedade através da história, ela também deve desempenhar o papel de formadora do cidadão pensante, sendo essencial para que isso ocorra que o contexto escolar permita o surgimento de novas idéias, um espaço para debate entre todos os participantes do processo escolar de ensino e aprendizagem. (GOMIDE, 2009, p.47)

Santos (2009) defende que, a psicopedagogia é quem hoje auxilia na qualidade do ensino das escolas brasileiras, principalmente quando se refere a educação especial. É o profissional de psicopedagogia, que vai elaborar estratégias de avaliação, capazes de atender as características individuais de cada aluno em particular e auxiliá-lo no processo de ensino/aprendizagem. Segundo Santos (2009):

E como psicopedagogo escolar, ele promove:

- 1- o levantamento, a compreensão e a análise das práticas escolares e suas relações com a aprendizagem;
- 2- o apoio psicopedagógico a todos os trabalhos realizados no espaço da escola;
- 3- a reesignificação da unidade de ensino/aprendizagem, a partir das relações que o sujeito estabelece entre o objeto do conhecimento e suas possibilidades de conhecer, observar e refletir, a partir das informações que já possui;
- 4- a prevenção de fracassos na aprendizagem e a melhoria da qualidade do desempenho escolar. (SANTOS, 2009, p.19)

Nesse sentido o psicopedagogo é apenas um assessor que irá orientar as práticas pedagógicas da escola, a fim de proporcionar que o professor tenha o conhecimento capaz de construir suas próprias metodologias de ensino, de acordo com os diferentes níveis de desenvolvimento de seus alunos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificamos que o TEA afeta o comprometimento de três áreas principais do desenvolvimento, que segundo o DSM-IV, são elas: alterações qualitativas das interações sociais recíprocas; modalidades de comunicação; interesses e atividades restritas, estereotipadas e restritas. Porém, não são somente essas as características que a pessoa com TEA vai apresentar.

Com a pesquisa foi destacado como ocorre à inclusão das crianças com TEA na escola, constatando a existência de métodos que são adotados tanto para fazer um diagnóstico, como também para tratar as crianças que apresentem o TEA. Foi também feita uma observação acerca da nomenclatura TEA (Transtorno do Espectro Autista). Ainda não esgotamos todas as possibilidades metodológicas.

Dentre os métodos identificados classificamos algumas formas terapêuticas que podem ser adotadas ao tratar uma pessoa que apresente TEA, são eles: Métodos exclusivamente educativos (Método Educativo “TEACCH”; Tratamento Educativo das Crianças Autistas, nos serviços públicos ingleses; Terapia de Intercambio e Desenvolvimento) e as Terapias institucionais, Tratamentos medicamentosos, psicoterapia psicanalítica da criança e a comunicação facilitada.

Durante o estudo, foi observada a luta pela inclusão de crianças com TEA na rede básica de ensino, as principais dificuldades que os docentes enfrentam para trabalhar com essas crianças, já que elas apresentam certa resistência em aprender.

A inclusão de todas as crianças na escola, incluindo as crianças que apresentam TEA, começa dentro de casa, com aceitação dos pais e segue até as salas de aula, com a aceitação dos professores e também dos demais alunos. Sendo assim, para que aja de fato essa inclusão precisamos entender primeiro o que é o TEA, e quais metodologias podemos utilizar para melhorar o desenvolvimento das crianças que apresentem esse tipo de necessidade especial.

Constatamos a importância dos docentes então em manter a formação permanente e no caso da inclusão da criança com TEA, devem procurar fazer uma especialização em psicopedagogia para tentar minimizar o impacto e os problemas que venham surgir, e caso não encontre essa solução, saiba onde procurar ajuda. É preciso compreender também que o aluno com necessidades especiais tem o direito à educação como qualquer outro da instituição.

Com o crescimento do número de crianças autistas na educação básica de ensino, torna-se necessário preparar melhor nossos profissionais e essa preparação é feita através da

formação continuada em psicopedagogia. Também é importante preparar o espaço escolar para a recepção desses alunos, tanto os recursos materiais, como também humanos.

Com as mudanças necessárias, o aluno que apresentar TEA vai se sentir mais confortável ao interagir com o mundo e as pessoas a sua volta, o que proporcionara que o aluno possa evoluir e desenvolver as qualidades que tem, e muitas vezes, se não houver uma boa metodologia para incluir esse aluno pode haver um retrocesso no seu caso, podendo causar uma série de outros problemas que podem surgir a curto ou longo prazo.

## REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BIANCHI, Rafaela Cristina. **A educação de alunos com transtornos do espectro autista no ensino regular: desafios e possibilidades.** 2017. 126 f. Dissertação (Mestrado Profissional - Políticas Públicas) Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca, 2017.

BAPTISTA, Claudio Roberto; BOSA, Cleonice. **Autismo e educação:** reflexões e propostas de intervenção. Porto alegre: Artmed, 2002.

FERRARI, Pierre. Tratamento das crianças autistas e psicóticas. In: \_\_\_\_\_. **Autismo infantil:** o que é e como tratar. São Paulo: Paulinas, 2007. Cap. X, p. 149-185.

**G1. Número de alunos com autismo em escolas comuns cresce 37% em um ano; aprendizagem ainda é desafio.** Disponível em:

<<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/02/numero-de-alunos-com-autismo-em-escolas-comuns-cresce-37percent-em-um-ano-aprendizagem-ainda-e-desafio.ghtml>>

acessado em 13/11/2019

GOMIDE, Andrea Barbosa. **A promoção do desenvolvimento do aluno autista nos processos educacionais.** 2009. 177 f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

Lei N° 12.764 de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.** Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12764.htm)> Acessado em 17/10/2019

Lei N° 13.861 de 18 de julho de 2019. **Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para incluir as especificidades inerentes ao transtorno do espectro autista nos censos demográficos.** Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/L13861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13861.htm)> Acessado em 13/11/2019

OLIVEIRA, Ivone Martins. **Autismo e inclusão escolar:** percursos, desafios, possibilidades. 1.ed. Editora CRV, 2015, p.170.

OPAS – Brasil. **Folha informativa – transtorno do espectro autista.** Disponível em:

<<https://www.paho.org/bra/index.php?Itemid=1098>> acessado em 14/11/2019

REVISTA ESPAÇO ABERTO. **Um retrato do autismo no Brasil.** Disponível em:

<<http://www.usp.br/espacoaberto/?materia=um-retrato-do-autismo-no-brasil>> acessado em 14/11/2019

REVISTA AUTISMO. **Quantos autistas há no Brasil.** Disponível em:  
<<https://www.revistaautismo.com.br/noticias/quantos-autistas-ha-no-brasil/>> acessado em 14/11/2019

ROSADO & ARAUJO. **A importância do profissional de psicopedagogia na inclusão de crianças autistas na sala de aula.** Anais III Congresso Internacional de Educação Inclusiva-CINTEDI. Disponível em:  
<[http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO\\_EV110\\_MD1\\_SA6\\_ID2\\_116\\_30072018141747.pdf](http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO_EV110_MD1_SA6_ID2_116_30072018141747.pdf) Acessado em 25/09/2019>. Acessado em 27/09/2019. Não paginado.

SANTOS, Denise Moreira. **Como a psicopedagogia pode contribuir no tratamento das crianças autistas.** 2017. 44 f. Monografia (Pós-graduação lato sensu) – Universidade Candido Mendes, Instituto a Vez do Mestre, 2017.



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA  
"JOSÉ ALBANO DE MACEDO"

Identificação do Tipo de Documento

- ( ) Tese  
( ) Dissertação  
(x) Monografia  
( ) Artigo

Eu,

Maria Natália Veloso

\_, autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação

Crônicas com o transtorno do espectro autista - TEA: métodos e estratégias usadas na inserção escolar  
permanente de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 04 de junho de 2021.

Maria Natália Veloso  
Assinatura

Maria Natália Veloso  
Assinatura